

**HERGEN S/A MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.**  
**RIO DO SUL - SC**

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
(Em Milhares de Reais)

ATIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	120.709	79.601
Aplicações financeiras		-	216
Clientes	6	22.501	31.248
Estoques	7	104.219	95.217
Impostos a recuperar	8	3.086	8.100
Adiantamentos	9	8.836	8.934
Outros créditos		108	68
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Outros créditos	10	-	383
Impostos a recuperar	8	1.118	2.161
Aplicações financeiras		104	-
Impostos diferidos		859	812
Depósitos judiciais		278	265
Outros créditos		456	-
Instrumentos financeiros	4 / 21.b	127	95
Investimentos	11	950	936
Imobilizado	12	100.069	105.283
Intangível	13	947	784
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>364.367</b>	<b>334.103</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	14	3.648	7.142
Empréstimos e financiamentos	15	6.370	6.128
Obrigações sociais e trabalhistas	16	3.862	3.137
Obrigações tributárias	17	18.084	3.559
Adiantamentos de clientes	9	85.309	114.854
Outras contas a pagar		434	884
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	15	18.498	22.010
Obrigações tributárias	17	4.412	4.412
Partes relacionadas	10	-	861
Dividendos a pagar	10	2.365	2.048
Outras obrigações		881	-
Receita diferida		-	1.044
Provisões	18	2.492	2.190
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>218.012</b>	<b>165.834</b>
Capital social	21.a	6.000	6.000
Ajuste de avaliação patrimonial	21.b	8.738	8.528
Reserva de capital		26.361	21.671
Reserva de lucros		176.913	129.635
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>364.367</b>	<b>334.103</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
(Em Milhares de Reais)

Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receita operacional líquida</b>		
22	207.675	180.629
Custo dos produtos e serviços	23 (122.323)	(128.649)
<b>Resultado bruto</b>	<b>85.352</b>	<b>51.980</b>
<b>Despesas/Receitas operacionais</b>		
Despesas com Vendas	23 (7.583)	(10.764)
Despesas Gerais e Administrativas	23 (12.828)	(11.692)
Despesas Tributárias	(2.737)	(2.969)
Equivalência Patrimonial	11.c (30)	2.589
Outras receitas (despesas) operacionais	23 2.427	6.723
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>64.601</b>	<b>35.867</b>
Receitas financeiras	24 17.025	11.009
Despesas financeiras	24 (6.738)	(10.253)
	<b>10.287</b>	<b>756</b>
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>74.888</b>	<b>36.623</b>
IRPJ e CSLL - Corrente	20.2 (22.630)	(8.796)
IRPJ e CSLL - Diferido	20.2 102	745
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>52.360</b>	<b>28.572</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
(Em Milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>		
	<b>52.360</b>	<b>28.572</b>
Ganho/Perda Instrumentos de Hedge	32	338
Ganho/Perda Aplicações Financeiras variáveis	232	(26)
Impostos Diferidos s/outros resultados abrangentes	55	9
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<b>52.679</b>	<b>28.893</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em Milhares de Reais)

Capital Social	Reserva de Capital		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros			Resultado do exercício	Total
	Subvenção Investimento			Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros a Disposição da AGO		
<b>Em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)</b>	<b>6.000</b>	<b>16.343</b>	<b>8.207</b>	<b>1.200</b>	<b>118.521</b>	-	-	<b>150.271</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	28.572	<b>28.572</b>
Ganho/Perda Instrumentos de Hedge	-	-	338	-	-	-	-	<b>338</b>
Ganho/Perda Aplicações Financeiras variáveis	-	-	(26)	-	-	-	-	<b>(26)</b>
Impostos Diferidos s/outros resultados abrangentes	-	-	9	-	-	-	-	<b>9</b>
Constituição reserva de capital/lucros	-	5.328	-	17.438	-	-	(22.766)	-
Lucros à disposição da AGO	-	-	-	-	5.806	-	(5.806)	-
Dividendos pagos	-	-	-	(13.330)	-	-	-	<b>(13.330)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.000</b>	<b>21.671</b>	<b>8.528</b>	<b>1.200</b>	<b>122.629</b>	<b>5.806</b>	-	<b>165.834</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	52.360	<b>52.360</b>
Ganho/Perda Instrumentos de Hedge	-	-	32	-	-	-	-	<b>32</b>
Ganho/Perda Aplicações Financeiras variáveis	-	-	233	-	-	-	-	<b>233</b>
Impostos Diferidos s/outros resultados abrangentes	-	-	(55)	-	-	-	-	<b>(55)</b>
Constituição reserva de capital/lucros	-	4.690	-	34.580	-	-	(39.270)	-
Lucros à disposição da AGO	-	-	-	-	13.090	-	(13.090)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	(392)	-	-	<b>(392)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>6.000</b>	<b>26.361</b>	<b>8.738</b>	<b>1.200</b>	<b>157.209</b>	<b>18.504</b>	-	<b>218.012</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em Milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>52.360</b>	<b>28.572</b>
Ajustado Por:		
Depreciação e amortização	10.745	8.399
Impostos diferidos	(102)	(745)
Baixa Imobilizado e Intangível	3	852
Provisão para devedores duvidosos	(26)	4.723
Equivalência patrimonial	30	(2.589)
Provisões	302	901
Receita diferida	(1.044)	1.044
Juros incorridos	3.764	4.584
<b>Varição nos Ativos e Passivos Operacionais</b>	<b>8.721</b>	<b>(4.882)</b>
Redução (aumento) em contas a receber	(9.002)	(6.255)
Redução (aumento) nos estoques	6.057	2.227
Redução (aumento) em impostos a recuperar	98	7.310
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(13)	(92)
Redução (aumento) nos adiantamentos	(114)	174
Aumento (redução) de fornecedores	(3.494)	1.639
Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e sociais	726	139
Aumento (redução) em obrigações tributárias	14.525	2.103
Aumento (redução) nos adiantamentos de Clientes	(29.545)	(4.339)
Aumento (redução) de outras obrigações	(451)	(5.345)
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>53.592</b>	<b>38.420</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição/Baixa de investimento	-	12.974
Varição nas Aplicações financeiras	345	-
Aquisição de imobilizado	(7.051)	(19.974)
Transferência imobilizado	1.653	-
Aquisição de intangível	(299)	(33)
Adiantamento para futuro aumento de capital - Controladas	(44)	(81)
<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>	<b>(5.396)</b>	<b>(7.114)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Pagamento de Dividendos	(75)	(13.014)
Captações de empréstimos	-	5.200
Pagamento de principal empréstimos e financiamento	(5.273)	(5.108)
Pagamento de juros empréstimos e financiamento	(1.740)	(1.885)
<b>Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos</b>	<b>(7.088)</b>	<b>(14.807)</b>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>41.108</b>	<b>16.499</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	79.601	63.102
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	120.709	79.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023**  
(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A HERGEN S/A MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ("HERGEN" ou "Companhia") está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 83.141.507/0001-92, e NIRE - Número de Inscrição do Registro de Empresas nº 4230004103. Está sediada na cidade de Rio do Sul (SC), Rua Leopoldo Kurth, nº 1.104, Bairro Rainha, CEP 89162-036. Iniciou suas atividades em 18 de julho de 1975. A sociedade tem por objetivo o ramo de fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios. A Empresa possui uma filial que está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 83.141.507/0002-73, e NIRE - Número de Inscrição do Registro de Empresas nº 42900425134. Está sediada na cidade de Rio do Sul (SC), Rua Arnoldo Hofmann, nº 35, Bairro Rainha, CEP 89162-028, com início das atividades em 04 de fevereiro de 1997. As demonstrações financeiras da HERGEN S/A MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS foram aprovadas pela Diretoria da Empresa em 22 de março de 2024.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1 Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC**  
As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das políticas contábeis, que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) custo atribuído ao ativo imobilizado. As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais, e as principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas a seguir.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

**3.1 Investimentos em coligadas**

Os investimentos em coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento inicial é registrado pelo valor da participação adquirida e, em seguida, ajustado ao valor da quota-parte do patrimônio líquido da coligada na data do balanço. Quando a participação na coligada for inferior a 20%, ou quando não houver influência significativa na administração, é adotado o método do custo para contabilização do investimento. A avaliação da influência significativa é baseada na participação nos direitos de voto, na capacidade de participar nas decisões da administração e no poder de exercer influência na gestão e nas políticas financeiras e operacionais da coligada. O investimento em coligadas é testado anualmente para determinar se há perda de valor recuperável e os ajustes de ganho e/ou perda de equivalência patrimonial são registrados no resultado do exercício. A política contábil adotada é consistente com a legislação societária brasileira e com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

**3.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

**3.3 Instrumentos Financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

Ativos financeiros	
Caixa e Equivalentes de caixa	Custo Amortizado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado
Aplicações financeiras variáveis	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo Amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado
Adiantamento de clientes	Custo Amortizado

**Ativos financeiros**

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do

modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

(b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:  
i. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)  
ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida)  
iii. Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).  
iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

(d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

**Passivos financeiros**

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

(c) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

(d) Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros.

**3.4 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes no curto prazo, inicialmente, são reconhecidas pelo custo da operação e as de longo prazo pelo custo ajustado a valor presente. Subsequentemente, essas contas são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, líquido de reduções ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos).

**3.5 Estoques**

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As perdas para realização de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

**3.6 Imobilizado**

Os itens do imobilizado são apresentados pelo método do custo, deduzidos da respectiva depreciação. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do mesmo possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituíveis é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às taxas fiscais dos itens do imobilizado. As vidas úteis utilizadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

	5 anos
Computadores e Periféricos	5 anos
Edificações	25 anos
Máquinas e Ferramentas	06 - 10 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos
Modelos Industriais	10 anos
Móveis, utensílios e Equipamentos	10 anos

**3.7 Intangível**

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

**3.8 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo custo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, sendo as de longo prazo, ajustadas a valor presente.

**3.9 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar a instituição financeira e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor dos pagamentos é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

**3.10 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, e o valor foi estimado de maneira confiável. As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

**3.11 Tributos sobre o lucro**

Os tributos sobre o lucro do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. As alíquotas e as leis tributárias usadas para calcular o montante dos tributos, são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem relacionados a itens registrados no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de Renda e a Contribuição Social. O imposto de Renda é calculado sobre o lucro tributável (lucro antes da alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, e a Contribuição Social é calculada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Reconhecidos pelo regime de competência, portanto, quando aplicável, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

**3.12 Reconhecimento das receitas**

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa reconhece a receita quando:

- (i) foi transferido ao comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos;
- (ii) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; e
- (iii) é provável que benefícios econômicos futuros associados à transação fluam para a entidade.

A Companhia conclui, de modo geral, que ela é o "principal" em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A receita operacional da fabricação das máquinas e equipamentos é reconhecida no momento em que os produtos estão prontos e embarcados na planta de produção, pois os produtos da Companhia são fabricados por encomenda, altamente customizados e sem previsão contratual de devoluções. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento são imateriais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Produtos plug and play: Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, de modo que a receita de venda de equipamentos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item. Os adiantamentos recebidos estão incluídos nos passivos como adiantamento de clientes.

**Obrigações de garantia**

A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais e não fornece garantias estendidas em seus contratos com clientes. Assim, a maioria das garantias existentes será de garantias na modalidade de asseguração de acordo com a IFRS 15 e CPC 47, que continuará a ser contabilizada de acordo com a IAS 37 e CPC

# DIÁRIO DO ALTO VALE

## QUARTA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2024

### 3.13 Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são: a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; e b) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Empresa.

### 3.14 Conversão de moeda estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.

### 3.15 Receitas e despesas financeiras

As receitas e perdas de aplicações são reconhecidas por competência com base nos demonstrativos fornecidos pelas entidades financeiras, as receitas e despesas de variações cambiais são reconhecidas por competências com base na atualização do dólar do último dia do mês baseando-se nas cotações publicadas pelo BCB; as receitas e despesas de equivalência patrimonial são baseadas nas demonstrações das empresas investidas em mesmo período; Os juros sobre financiamentos são apropriados e registrados pelo método da taxa efetiva de juros. As variações monetárias ativas são registradas por competência, baseando-se em extratos dos depósitos judiciais.

### 3.16 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo concedente e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis ao benefício. A companhia goza de benefícios fiscais concedidos pela Secretaria do Estado de Fazenda, redução de base de cálculo do ICMS, conforme art. 9 Anexo 2 do RICMS. O benefício reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 4.690 (R\$ 5.347 em 31/12/2022). No encerramento do exercício este valor é destinado para a conta de reserva de subvenção para investimentos no Patrimônio Líquido. Em 2023 possui o benefício fiscal concedido pelo Estado de Santa Catarina, TTD 1072 crédito presumido concedido a estabelecimento industrial na aquisição e matéria prima, classificados nos termos do Art. 18 do Anexo 2 do RICMS/SC 01. O benefício reconhecido findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 33 (no período findo em 31/12/2022 foi de R\$ 16). A companhia goza também do benefício fiscal concedido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação a Lei do Bem (Lei 11.196/2005) Benefícios fiscais para as empresas que realizem aporte em projetos de P&D objetivando uma inovação tecnológica, concedendo o benefício da redução na alíquota do Imposto de Renda e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a recolher sobre o Lucro Real. O benefício reconhecido findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 1.078 (no período findo em 31/12/2022 foi de R\$ 2.340).

### 3.17 Novas normas, revisões e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2022, estão descritas a seguir.

#### a. Novas normas aplicadas a partir de 01/01/2023

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board - IASB*) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Data vigência
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2)	IAS 1/IFRS 2	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção do restritivo contábil, esclarecer a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma	IAS 1/IFRS 2	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão do Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da seleção de reconhecimento inicial para incluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensáveis.	IAS 12	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliar o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27 (R1), CPC 15 (R1), CPC 23 (R1), CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes, (ii) Adição da Isenção Temporária, (iii) Definição de Política Contábil, (iv) Distinguição de Políticas Contábeis e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simple Transação.	IFRS 4/IAS 28/IAS 34/IAS 8/IAS 1/IAS 19/IAS 32/IFRS 1/IFRS 7 e IAS 26	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 63 (R2), CPC 27, CPC 35 (R1), CPC 16 (R2), CPC 35, CPC 31 (R1), CPC 25, CPC 64 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), Amendment to IFRS 17 (2022) e Issue Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021).	IAS 36/IAS 7/IAS 38/IFRS 3/IAS 28/IAS 15/IAS 1/IAS 16/IAS 40/IFRS 5/IAS 19/IFRS 1/IAS 32/IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

#### b. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Data vigência
CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios	O adquirente deve contabilizar os custos diretamente relacionados à aquisição como despesa no período em que forem incorridos e os serviços forem recebidos, com algumas exceções	IFRS 3	01/01/2024
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Inclusão de custo de um item do imobilizado	IAS 16	01/01/2024
CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos	Inclusão do custo de empréstimos	IAS 23	01/01/2024
CPC 41 - Resultado por Ação	As novas ações ordinárias têm a prerrogativa de participar no lucro ou prejuízo atribuíveis aos titulares de capital próprio ordinário da companhia.	IAS 33	01/01/2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Altera a letra "d" do item 60 e os itens 60, 71, 73, 74 e 76, inclui os itens 72A, 72B, 75A, 76ZA, 76A, 76B, 139B e 139W e inclui substitutos antes dos itens 70, 71 e 72.	IAS 1	01/01/2024
CPC 06 (R2) - Arrendamento	O vendedor-arrendatário deverá aplicar os itens 29 a 35 ao ativo do direito de uso decorrente do retroarrendamento e os itens 36 a 46 ao passivo de arrendamento decorrente do retroarrendamento. Ao aplicar os itens 36 a 46, o vendedor-arrendatário deverá determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados".	IFRS 16	01/01/2024
CPC 63 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Inclui os itens 44F a 44H e os títulos relacionados e os itens 62 e 63 no CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa	IAS 7	01/01/2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Inclui o item 44J e altera o item B11F do Apêndice B no CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros	IFRS 7	01/01/2024

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

### 4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

	Nível	Valor justo		Valor contábil	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	2	120.709	79.601	120.709	79.601
Instrumentos financeiros	2	95	127	95	95
Aplic. Financeiras renda variável	2	104	216	104	216
		<u>120.940</u>	<u>79.912</u>	<u>120.940</u>	<u>79.912</u>
<b>Custo amortizado</b>					
Contas a receber	2	22.918	31.248	22.918	31.248
		<u>22.918</u>	<u>31.248</u>	<u>22.918</u>	<u>31.248</u>
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores	2	3.648	7.142	3.648	7.142
Empréstimos e financiamentos	2	24.868	28.138	24.868	28.138
Adiantamento de clientes	2	85.726	114.854	85.726	114.854
		<u>114.242</u>	<u>150.134</u>	<u>114.242</u>	<u>150.134</u>

Pressupõe-se que o saldo das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. As estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabeleceu uma hierarquia de 3 níveis para o valor justo, sendo: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços). Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor, pelo qual, o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou diferenças significativas entre os valores de mercado dos instrumentos financeiros e os valores apresentados nas demonstrações financeiras.

#### Fatores de risco financeiro:

Os fatores de risco dos instrumentos financeiros basicamente estão relacionados com:

**Riscos cambiais:** Para atenuar riscos cambiais, a Companhia monitora a exposição financeira, procurando equilibrar os seus ativos e passivos financeiros dentro de limites estabelecidos pela Administração.

**Riscos de encargos da dívida:** Estes riscos são oriundos da possibilidade de a Companhia vir incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de proteção contra sua volatilidade.

**Risco de crédito:** Adém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos deltidios junto a instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Para atenuar o risco decorrente das operações de vendas, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial, financeira de seus clientes, estabelece um limite de crédito e acompanha permanentemente o seu saldo decorrido. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa – numerário em espécie	204	259
Bancos conta movimento	12	411
Aplicações financeiras de liquidez imediata	120.493	78.931
	<u>120.709</u>	<u>79.601</u>

Todas as aplicações financeiras são de curto prazo e com alta liquidez, sendo que do total da carteira em 2023, 98,5% estão aplicados em renda fixa e 1,50% estão atrelados a renda variável (65% e 35% respectivamente em 2022), apresentando risco insignificante de mudanças de valor pelo seu alto índice de liquidez. Do total das aplicações em renda fixa, 78,2% (26% em 2022) estão aplicados em CDB em instituições com rating AAA, com uma taxa média de 102% do CDI (102% em 2022), 6,3% (0% em 2022) estão aplicados em Letras Financeiras atreladas ao risco país a uma taxa de 100% do CDI, 1,7% (49% em 2022) estão aplicados em fundos de investimento em renda fixa, outros 3,1% (10% em 2022) correspondem aos recursos em conta corrente em aplicações automáticas e os 10,7% (4% em 2022) restantes em debêntures. Do total das aplicações em 2023, 1,1% (22% em 2022) dos recursos estão aplicados em fundos de investimento em renda variável internacional e 0,4% (3% em 2022) em uma carteira de ações e fundos imobiliários.

### 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2023	31/12/2022
Cientes mercado nacional	43.862	43.818
Cientes mercado exportação	1.812	234
(-) Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	(4.970)	(4.944)
(-) Venda para entrega futura	(18.003)	(7.660)
	<u>22.501</u>	<u>31.248</u>

Os valores a receber por faixa de vencimentos são apresentados como segue:

Aging list		
Vencidos há mais de 1 ano	5.158	4.038
Vencidos de 6 meses a 1 ano	1.979	919
Vencidos até 3 meses	4.970	2.454

	13.158	16.204
A vencer até 3 meses	9.286	4.007
A vencer de 3 meses a 6 meses	10.923	16.230
A vencer de 6 meses a 1 ano	<u>45.474</u>	<u>43.852</u>

As perdas para créditos de liquidação duvidosa são estimadas e constituídas com base na análise individualizada de cada cliente. A Administração acompanha todos os títulos e a situação individual dos seus clientes, assim como a qualidade do crédito concedido. Quando o resultado destas avaliações pressupõe riscos de realização dos créditos, são efetuadas negociações para acompanhamento dos prazos junto a esses clientes. Com base nessas avaliações, a Administração entende que os valores provisionados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são suficientes para cobrir as possíveis perdas com inadimplência.

Contas a Receber por Tipo de Moeda	31/12/2023	31/12/2022
Reais	21.106	31.014
Dólares	1.812	234
	<u>22.918</u>	<u>31.248</u>

Contas a receber dos clientes do mercado externo em moeda estrangeira	31/12/2023	31/12/2022
Valores a receber em milhares de US\$	374	45
Dólar fechamento do período	4,84	5,21
<b>Total a receber conversão Dólar x Real no período</b>	<b>1.812</b>	<b>234</b>

### 7. ESTOQUES

	31/12/2023	31/12/2022
Ferramentas Perecíveis	1.417	1.434
Material de Consumo	855	577
Material Secundário	765	695
Matéria Prima	31.055	52.708
Mercadorias	30	30
Produtos Acabados	31.998	20.090
Produtos em Elaboração	38.062	19.683
Estoque em Trânsito	230	-
Produtos em poder de Terceiros	7	-
	<u>104.219</u>	<u>95.217</u>

### 8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2023	31/12/2022
COFINS Não Cumulativo a recuperar	-	1.057
Contribuição Social a recuperar	693	43
Contribuição Social Estimada	-	654
IPI a recuperar	165	778
IRPJ estimado	471	1.279
PIS Não cumulativo a recuperar	-	271
Impostos a recuperar decisão judicial	-	2.354
ICMS a recuperar de imobilizações	1.744	1.640
IPI s/entrega futura	-	13
ICMS sobre transferências	6	9
IPI sobre transferências	7	2
<b>Total circulante</b>	<b>3.086</b>	<b>8.100</b>
ICMS a recuperar de imobilizações	1.118	2.161
<b>Total Não Circulante</b>	<b>1.118</b>	<b>2.161</b>
	<u>4.204</u>	<u>10.261</u>

### 9. ADIANTAMENTOS

#### 9.1 Adiantamentos (ativo)

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a Funcionários	464	377
Adiantamento a Fornecedores Mercado Interno	2.439	2.821
Adiantamento a Fornecedores Mercado Externo	6.163	7.886
Adiantamento a Fornecedores Imobilizado	-	3.757
(-) Adto. Imobilizado em Trânsito	-	(5.907)
(-) Adto. Fornecedor Produto em Trânsito	(230)	-
	<u>8.836</u>	<u>8.934</u>

#### 9.2 Adiantamentos (passivo)

Os adiantamentos de clientes correspondem a valores recebidos antes da entrega dos produtos contratados e serão compensados em faturamentos futuros.

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de Clientes Mercado Interno	71.941	99.562
Adiantamento de Clientes Mercado Externo	13.368	15.292
	<u>85.309</u>	<u>114.854</u>

### 10. PARTES RELACIONADAS

	31/12/2023	31/12/2022
Dividendos a receber	-	383
<b>Total Não Circulante</b>	-	<b>383</b>
<b>Total do Ativo</b>	-	<b>383</b>

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e outros Benefícios de Curto Prazo	36	39
<b>Total Circulante</b>	<b>36</b>	<b>39</b>
Créditos a sócios e titulares	2.365	2.048
Mutuo	-	861
<b>Total Não Circulante</b>	<b>2.365</b>	<b>2.909</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>2.401</b>	<b>2.948</b>

Os juros praticados e as condições realizadas estão de acordo com as práticas de mercado.

### 11. INVESTIMENTOS

#### a. Composição dos investimentos:

	31/12/2023	31/12/2022
Outros investimentos	2	2
Investimentos em coligada	948	934
<b>Total de Investimentos</b>	<b>950</b>	<b>936</b>

#### b. Investimentos em coligadas:

Empresa	País	% de Participação	2023	2022
Triplano Participações Ltda	Brasil	33,333%	948	934
<b>Total de Investimento em coligadas</b>			<b>948</b>	<b>934</b>

#### c. Os investimentos da Companhia avaliados pela equivalência patrimonial são os seguintes em 31 de dezembro de 2023:

	2023		2022	
	Triplano Participações Ltda	Águas Negras S/A	Triplano Participações Ltda	Águas Negras S/A
Total de ativos circulante e não circulante	2.268	-	2.156	98.289
Total de passivos circulante e não circulante	4	-	47	18.856
Patrimônio líquido	2.262	-	2.109	79.633
Receitas líquidas do exercício	-	-	-	66.954
Resultado do Exercício	(90)	-	(121)	16.082
Participações no capital em %	33,33%	-	33,33%	18,29%
<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>(30)</b>	-	<b>(40)</b>	<b>2.629</b>
<b>Investimento pela equivalência patrimonial</b>	<b>948</b>	-	<b>934</b>	-

Em 26 de outubro de 2022 ocorreu a alienação de investimentos da investida Águas Negras S/A no valor de R\$ 12.974. A alienação ocorreu através de reorganização societária não causando efeito no caixa da empresa.

### d. Movimentação dos Investimentos em Coligadas

	2023	2022
--	------	------

IRPJ Diferidos		3.244		3.244
CSLL Diferidos		1.168		1.168
<b>Total Passivo Não Circulante</b>		<b>4.412</b>		<b>4.412</b>
<b>Total</b>		<b>22.496</b>		<b>7.971</b>

#### 18. PROVISÕES COM GARANTIAS

Foram constituídas provisões referentes as garantias de funcionamento e performance, baseados em obrigações contratuais ou legais.

	2023	Adições	Baixas	2022	Adições	Baixas	2021
Provisão para garantias	2.492	1.030	(728)	2.190	2.539	(1.638)	1.289
<b>Total das Provisões com garantias</b>	<b>2.492</b>	<b>1.030</b>	<b>(728)</b>	<b>2.190</b>	<b>2.539</b>	<b>(1.638)</b>	<b>1.289</b>

#### 19. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia tem ações de natureza trabalhista e cível envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação dos consultores jurídicos. Os processos são de natureza indenizatória e reclamatórias.

Natureza	Prognóstico	Valor da causa
Trabalhista	Possível	511
Cível	Possível	86

#### 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

##### 20.1 IRPJ e CSLL Diferido

	2023			2022		
	Base ajuste financeiro	IRPJ - Aliquota 25%	CSLL - Aliquota 9%	Base ajuste financeiro	IRPJ - Aliquota 25%	CSLL - Aliquota 9%
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>						
Receitas e perdas sobre aplicações financeiras em ações	35	9	3	35	49	18
Provisão para Garantia	2.492	623	224	2.190	548	197
<b>Total Ativo Não Circulante</b>	<b>2.526</b>	<b>632</b>	<b>227</b>	<b>2.225</b>	<b>597</b>	<b>215</b>
<b>Passivo Fiscal Diferido</b>						
Custo Atribuído	12.976	(3.244)	(1.168)	12.976	(3.244)	(1.168)
<b>Total Passivo Não Circulante</b>	<b>12.976</b>	<b>(3.244)</b>	<b>(1.168)</b>	<b>12.976</b>	<b>(3.244)</b>	<b>(1.168)</b>

##### 20.2 Apuração IRPJ e CSLL

	2023	2022
Lucro antes dos impostos	74.888	36.623
<b>IR/CSLL a alíquota nominal de 34%</b>	<b>(25.462)</b>	<b>(12.452)</b>
<b>Adições e exclusões permanentes</b>	<b>1.345</b>	<b>4.683</b>
Variação Cambial	(860)	(90)
Subvenções	1.961	2.614
Equivalência patrimonial	(10)	880
Variação monetária	131	686
Outras adições e exclusões	123	593
<b>Adições e exclusões temporárias</b>	<b>1.589</b>	<b>(282)</b>
Variação Cambial	912	156
Depreciação societária	144	95
Despesa/receita diferida	533	(533)
<b>IR/CSLL APURADO</b>	<b>(22.528)</b>	<b>(8.051)</b>
Tributos correntes	(22.630)	(8.796)
Tributos diferidos	102	745
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>30%</b>	<b>22%</b>

#### 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Capital Social

O Capital Social é de R\$6.000 (seis milhões de reais) divididos em 4.130.000.000 (quatro bilhões e cento e trinta milhões) de ações no valor nominal de R\$0,001453 (mil quatrocentos e cinquenta e três milonésimos) cada, subscrito e integralizado inteiramente por sócios domiciliados no País.

	% Ações	Quantidade Ações	Valor ações R\$
Alfredo Ferrari	0,13%	5.812	8
Carlos Heinz Purnhagen	4,76%	196.624	286
Dorli Probst Purnhagen	2,62%	108.049	157
Fernanda Haverroth Purnhagen Spinelli	12,62%	521.041	757
Godula Hering Purnhagen	11,78%	486.522	707
Horst Administradora do Bons S/A	27,51%	1.136.194	1.651
Martin Andrew Purnhagen Macdonald	11,91%	491.718	714
Purpres Participações LTDA	27,96%	1.154.717	1.677
Raquel Purnhagen Macdonald	0,71%	29.323	43
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.130.000</b>	<b>6.000</b>

##### b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

São alterações que ocorrem no patrimônio líquido oriundas de transações e outros eventos que não são originados com os acionistas e é apresentado líquido dos efeitos tributários, conforme a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas e perdas sobre aplicações financeiras em ações ATIVO	35	(198)
IRPJ Diferido	9	49
<b>Total de Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>	<b>8.738</b>	<b>8.528</b>

#### 22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Venda de Produtos Mercado Externo	68.504	23.926
Venda de Produtos Mercado Interno	173.808	190.299
Receita de Serviços Mercado Externo	337	207
Receita de Serviços Mercado Interno	7.288	5.908
<b>Total receita bruta</b>	<b>249.937</b>	<b>220.340</b>
Devolução Mercado Interno	(10.944)	(7.680)
Devolução Mercado Externo	-	(2.658)
COFINS	(12.295)	(12.324)
ICMS	(16.188)	(14.180)
ISS	(166)	(193)
PIS	(2.669)	(2.676)
<b>Total das deduções da receita bruta</b>	<b>(42.262)</b>	<b>(39.711)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>207.675</b>	<b>180.629</b>

#### 23. DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Custo dos produtos vendidos</b>		
Custo de materiais diretos	79.503	90.821
Gastos com pessoal	23.250	22.750
Manutenção	3.037	2.079
Depreciação e amortização	9.237	7.307
Despesas Gerais	6.204	4.617
Custo variáveis indiretos	1.092	1.075
<b>Total do Custo dos produtos vendidos</b>	<b>122.323</b>	<b>128.649</b>
<b>Despesas com vendas</b>		
Materiais	21	48
Gastos com pessoal	3.743	3.062
Manutenção	101	61
Depreciação e amortização	16	18
Despesas Gerais	3.608	7.492
Outros	94	83
<b>Total de Despesas com vendas</b>	<b>7.583</b>	<b>10.764</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Materiais	15	19
Gastos com pessoal	3.086	2.967
Manutenção	984	861
Depreciação e amortização	1.224	1.164
Despesas Gerais	7.113	5.598
Outros	406	1.083
<b>Total de Despesas gerais e administrativas</b>	<b>12.828</b>	<b>11.692</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>		
Despesas Recuperadas*	176	3.137
Dividendos Recebidos	20	30
Outras receitas operacionais	417	720
Venda Sucatas	1.134	1.708
Impostos a recuperar de Subvenção para Investimentos	682	658
Alienação Bens do Ativo Imobilizado	1	605
Custo de Alienação do Ativo Imobilizado	(3)	(135)
<b>Total de Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>	<b>2.427</b>	<b>6.723</b>

\* A variação registrada entre os exercícios deve-se aos valores na decisão do processo de Exclusão de ICMS da Base de Cálculo de PIS e COFINS a favor da empresa em 2022.

#### 24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2023	31/12/2022
Rendimento de Aplicações Financeiras	12.717	7.324
Variações Cambiais Ativas	3.367	1.438
Varições Monetárias Ativas*	384	2.016
Outras receitas financeiras	557	231
<b>Total das Receitas Financeiras</b>	<b>17.025</b>	<b>11.009</b>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.770)	(4.589)
Perda sobre Aplicação Financeira	(2.204)	(4.645)
Varições Cambiais Passivas	(686)	(980)
Outras despesas financeiras	(78)	(39)
<b>Totas das Despesas Financeiras</b>	<b>(6.738)</b>	<b>(10.253)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>10.287</b>	<b>756</b>

\* A variação registrada entre os exercícios deve-se a atualização dos valores ganhos no processo de Exclusão de ICMS da Base de Cálculo de PIS e COFINS a favor da empresa em 2022.

#### 25. PREVENÇÃO DE DANOS AO MEIO AMBIENTE

A Companhia possui licença ambiental para sua operação e está ativamente atuando na prevenção aos danos ambientais para que sua atividade industrial tenha mínimo impacto ao meio ambiente. Os efluentes industriais gerados no processo produtivo são encaminhados à Estação de Tratamento dos Efluentes Líquidos Industriais, o qual é tratado e monitorado através de exames laboratoriais para garantir que o efluente seja destinado adequadamente. Os resíduos sólidos, de acordo com o Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos são segregados e acondicionados de diferentes formas, de acordo com sua classificação. Os resíduos domésticos e os resíduos recicláveis (papel, plásticos, embalagens pet e papelão) são coletados pela coleta de lixo municipal. Os resíduos perigosos, como embalagens vazias, estopas, metais, lâmpadas, EPI's e o lodo da ETE são acondicionados em caçambas em locais cobertos e com piso impermeabilizado, até a destinação final para as empresas especializadas na coleta e destinação desses materiais. Resíduos reciclados, como sucatas metálicas e cavacos não contaminados, que são resíduos gerados no processo de usinagem são acondicionados em baias cobertas e com

piso impermeabilizado e são encaminhados para empresas de sucatas com licenciamento ambiental de operação. Os produtos químicos utilizados no seu processo produtivo são acondicionados em local coberto, piso impermeabilizado, com sistemas de contenção de vazamentos. Os setores onde há emissão atmosférica estão com sistemas de controle de emissão instalados, com laudo de emissão de responsabilidade emitido por Técnico em Processos Químicos e com os níveis de emissão de acordo com a legislação vigente. As emissões sonoras atendem a Norma NBR 10151/00. Anualmente a empresa realiza o Programa de Educação Ambiental junto aos Colaboradores, o Programa de Minimização da Geração de Ruídos, o Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos, o Plano de Ação Emergencial-PAE e o Programa de Gestão Ambiental-PGA.

#### 26. SEGUROS

Companhia busca no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, através da contratação de seguros. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

O escopo do trabalho de nossos auditores independentes não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura, a qual foi determinada pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

Modalidade	Ativo, responsabilidade ou interesses cobertos	Importância Segurada (mil)	Vigência
Danos materiais, responsabilidade civil a 2º Risco Garantia	AERONÁUTICO	R\$ 20.009	01/2024
Danos físicos ao bem, danos elétricos e subtração de bens	COMPUTADOR	R\$ 28	03/2024
Danos materiais, responsabilidade civil e despesas extraordinárias	EMPRESARIAL	R\$ 50.000	02/2024
Danos involuntários físicos às pessoas e/ou danos materiais e morais	RESPONS. DO EXPLORADOR OU TRANSP. AEREO	R\$ 1.329	06/2024
Colisão, incêndio, roubo/furto e morte /invalidez passageiros	VEÍCULO	100% Tabela FIPE	06/2024
Colisão, incêndio, roubo/furto e morte /invalidez passageiros	VEÍCULO	100% Tabela FIPE	07/2024
Colisão, incêndio, roubo/furto e morte /invalidez passageiros	FROTAS	100% Tabela FIPE	11/2024
Colisão, incêndio, roubo/furto e morte /invalidez passageiros	VEÍCULO	100% Tabela FIPE	12/2024

EMILIO PURNHAGEN  
Diretor Presidente  
CPF: 716.329.729-72

JANETE CLAUDINO DOS SANTOS VICENZI  
CRC: 1-SC-015734/O-0 - Contadora  
CPF: 506.256.919-20

**HERGEN S/A MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.**  
RIO DO SUL - SC

**DIÁRIO**  
**DO ALTO VALE**  
**PUBLIQUE SEU BALANÇO AQUI**  
**47 99173-1026**